

**Fabiano Gontijo**

*Doutor em Antropologia Social pela EHESS/França e em Antropologia Cultural pela UFRJ/Brasil
Professor do Departamento de Ciências Sociais, (com Mestrado em Políticas Públicas/Mestrado em Letras) da Universidade Federal do Piauí – UFPI*

IDENTIDADE CULTURAL, RITUAL E CIDADANIA – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DOS FESTIVAIS DE ARTE NO PIAUÍ

Votar não é, por si só, um ato de cidadania. Da mesma forma, tirar documentos e pagar impostos não são, de maneira isolada, exercícios de cidadania. Muito mais do que um conjunto de atos e práticas, cidadania é um processo de conscientização e de tomada de conhecimento das posições no espaço-tempo e nas relações sociais – e dos critérios para a ocupação dessas posições – um *projeto* de objetivação da subjetividade e, enfim, uma *trajetória* de construção do respeito às diferenças culturais e de combate às desigualdades sociais. Ser cidadão é, pois, ter consciência e controle do próprio processo, projeto e trajetória de formulação/reformulação identitária.

Tem-se a impressão de que com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da massificação das facilidades eletrônicas, entre outros fatores, as referências identitárias se multiplica-

ram, se fragmentaram e se diversificaram, levando ao surgimento (ou, pelo menos, à vulgarização) de processos identitários cada vez mais dinâmicos, contextuais, situacionais. Recebemos, captamos e reproduzimos – e produzimos quase *ex nihilo* a partir de elementos diversos – sinais múltiplos que servem para a preparação de nossas visões de mundo e percepção dos “mundos”¹ (AUGÉ, 1998) dos quais participamos. Esses sinais visuais trocados em situações de interação entram na construção e na reconstrução social de nossas aparências, formando, situacionalmente, nossas identidades ou imagens identitárias. Essas identidades múltiplas podem ser fixas, reformuladas periodicamente de forma idêntica, ou provisórias e cambiantes de acordo com as situações de interação.

As evidências, trazidas pela pesquisa antropológica, confirmam que o sentido social sobre o qual

¹ A noção de “mundos”, da maneira como definida por Marc Augé (1998), poderia complementar a noção, muitas vezes demasiado rígida e homogeneizadora, de classe social.

se baseiam as identidades concernem dois tipos de relações: por um lado, as relações entre os indivíduos e as diversas coletividades em referência às quais se formulam suas *identidades* – eixo da identidade que define as pertencas sucessivas dos indivíduos; e, por outro lado, as relações dos indivíduos singulares entre eles, pertençam eles às mesmas coletividades ou não, relações ao outro, *alteridade* – eixo da *alteridade* que liga as categorias de *mesmo* e outro. É na dupla relação com o “outro” e com o “coletivo” que as identidades são elaboradas. Ora, essa relação com o “outro” e com o “coletivo” é sempre ritualizada, precisamente por se tratar de um momento crucial da dinâmica da vida social.

A atividade ritual tem por objetivo conjugar e controlar essa dupla polaridade – *indivíduo/coletividade e mesmo/outro* –, ligar as noções de identidade e alteridade e estabelecer, reproduzir e renovar as identidades individuais e coletivas. O rito representa, portanto, um dispositivo com finalidade simbólica que constrói identidades relativas através de alteridades mediadoras. Assim, *in fine*, a cidadania, enquanto processo, projeto e trajetória identitários, só se exerce plenamente a partir de situações ritualizadas, como festas, grandes reuniões, eleições, eventos extraordinários e/ou cíclicos, carnavais... A experiência individual do conjunto dessas situações – e nenhuma delas isoladamente – é que faz do indivíduo plenamente um cidadão.

R. Da Matta já mostrava, em seus estudos célebres (1978), que no Brasil três são os momentos ritualizados através dos quais, mais do que em qualquer outro, se formula a “identidade brasileira”: o Dia da Pátria (sete de setembro), o Dia da Padroeira (doze de outubro) e o Carnaval. Em particular, o carnaval. Como todo ritual coletivo, o carnaval favorece não somente a *re-criação* e o reforço da identidade social global, mas é também o *locus* de consideráveis negociações de interesses políticos e econômicos,

simbolizados ou não (como foi apontado por M.I. PEREIRA DE QUEIROZ, 1999), e, enfim, serve de cenário para a construção e reconstituição das identidades “categorias” relativas, como é o caso das identidades masculina e feminina, burguesa e operária, urbana e rural, branca e negra, mas também as identidades regionais.

A identidade não pode ser compreendida sem sua relação com o outro, nem desconectada da atividade ritual que conjuga identidade e alteridade. As reflexões acerca da identidade cultural forjadas até então viam a identidade ora como uma interiorização de papéis e *status* impostos do exterior por um “sistema social” e uma ideologia dominantes;² ora como uma capacidade estratégica do ator social que, em vez de interiorizar normas, as cria pela mediação de estratégias racionais e conscientes;³ ora como a possibilidade de definição de si a partir de convicções e compromissos, de sua identificação com os princípios culturais centrais da sociedade, dando assim um sentido subjetivo a sua ação e submetendo sua vida a esse sentido, identificando-se;⁴ ora como um trabalho do ator que se constrói em diversos níveis da prática e em diversos níveis de significação, cada um possuindo sua própria lógica e remetendo a tipos específicos de relações sociais.⁵

A partir daí nos propomos em pensar o ritual não tanto em sua ligação com o aspecto religioso, nem com sua ligação com o aspecto mitológico, nem tampouco simplesmente enquanto estratégia de diferenciações identitárias, mas também – e sobretudo – como lugar de coesão (alteridade-identidade), como proposto por M. Augé e D. Fabre (1987): confrontar-se para melhor se integrar... Ou os rituais como maneira de marcar, dominar, compreender e produzir o tempo social, segundo D. Fabre (1987), ou seja, como maneira de combinar o tempo individual e o tempo coletivo, maneira de marcar a relação de si consigo mesmo e de si com o outro. Enfim, o rito

² Pensamos aqui nos escritos de E. Durkheim, de M. Mauss e de R. Parsons e, mais particularmente na França atual, nos de A. Touraine.

³ Essa é a perspectiva de R. Boudon e do individualismo metodológico mas também a de A. Giddens.

⁴ A noção de *habitus* na obra de P. Bourdieu resume esse tipo de perspectiva.

⁵ Dubet, F. *Sociologie de l'Expérience Sociale*, Paris, Seuil, 1994; e também *De la Sociología de la Identidad a la Sociología de l Sujeto*, in *Estudios Sociológicos*, 7, 21, 199, p.519-545.

enquanto “(...) *ordenação* simbólica da realidade (...)” Assim, o ritual ajudaria no entendimento da sociedade como um todo e informaria vivência da cidadania.

Enfim, os rituais – dentre os quais, o carnaval, mas também um festejo, como o do Poti Velho, ou um festival, como os de Pedro II e o Interartes da Serra da Capivara, ou até mesmo a Micarina e as diversas “folias” – projetariam em um discurso simbólico aspectos cruciais da estrutura social brasileira e piauiense. Seria um momento específico do vivido social que tornaria possível a redefinição das relações entre indivíduos hierarquizados e diferenciados no cotidiano. Logo, expressaria, de alguma maneira, uma *integração simbólica* de camadas sociais “marginalizadas” ou de populações “estigmatizadas” ao conjunto da sociedade. Essa integração “provisória” – pois limitada *a priori* à atividade ritual – poderia abrir caminho para uma integração mais permanente ou, pelo menos, mais recorrente e, então, o ritual tomar-se-ia uma experiência do *mundo*, como sugerido por R. Da Matta,⁶ uma *experiência social* no sentido de F. Dubet,⁷ uma experiência criadora de identidades e, por conseguinte, de formulação da vivência da cidadania plena.

Podemos entender, a partir das considerações mencionadas, porque os franceses dão tanto valor ao desenvolvimento das práticas esportivas em bairros periféricos das grandes metrópoles habitados essencialmente por imigrantes muçulmanos marginalizados, oriundos das antigas colônias norte-africanas. O esporte e seus rituais serviriam como um *locus* de inclusão social. Mais aprimorados são os projetos, inicialmente esportivos, desenvolvidos no Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, com ajuda de órgãos governamentais e, principalmente, ONGs estrangeiras. Naquela favela, as atividades empreendidas vão desde a prática esportiva profissionalizante até escolas de costura e culinária, passando pela dança e o teatro.

Mais que o esporte, a arte pode servir, logo, como ponto de partida para a inclusão social e o exercício

da cidadania no sentido já definido. Inúmeras escolas de dança funcionam em favelas cariocas, como a Pequena Obra Nossa Senhora Auxiliadora – PONSÁ – no Morro Dona Marta, que teve como ponto de partida uma obra caritativa assistencialista e redencionista e que se transformou, ao longo de décadas de funcionamento, numa incubadora de grandes talentos, usando as musicalidades de origem dos alunos. É nesse confronto de trocas simbólicas entre musicalidades autóctones “populares” e musicalidades alógenas “clássicas” que as identidades parecem se formular e se reformular, gerando vivências de cidadania sustentável.

Assim foi o I Festival Interartes da Serra da Capivara, realizado pela Fundação do Homem Americano, com apoio do governo do Estado do Piauí e de empresas privadas. Em realidade, o Festival não foi um ato único, mas a ponta de um iceberg, dando visibilidade a uma caminhada que começou, talvez com a chegada da Professora Niède Guidon e sua equipe no Piauí, nos idos dos anos 70. Muito mais do que aqueles espetáculos isoladamente apresentados ao vivo para os telespectadores de todo o Estado pela TV Meio Norte, o Interartes foi também uma série de oficinas de dança e música, conferências e palestras, visitas inteligentemente guiadas a sítios arqueológicos, interações de todas as naturezas entre o público do Festival e os habitantes das cidades e povoados de toda a microrregião de São Raimundo Nonato, contatos inusitados e cheios de surpresa com a fauna e a flora da caatinga, “aulas” informais de introdução à sobrevivência no semi-árido... Isso é construção de cidadania.

Em parceria com o Instituto Ayrton Senna, havia sido criado o Pró-Arte, um programa educacional (arte-educação) voltado para crianças e jovens das comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara. Essas crianças e jovens, que desenvolvem, ao longo do ano, atividades de música, dança e composição plástica inspiradas nas milenares

⁶ Da Matta, R., Carnavais, Malandros e Heróis, op. cit.

⁷ Para F. Dubet, com efeito, os atores sociais constroem sua subjetividade e sua reflexividade através de suas experiências cotidianas; as experiências individuais só adquirem sentido quando consideradas por outros atores como sendo uma experiência, donde seu caráter social (Sociologia de l'Expérience, Paris, Seuil, 1994, p.101).

pinturas rupestres do Parque, se envolveram diretamente com o Festival. Isso é cidadania.

A segunda edição do Festival Interartes reforçou o projeto inicial. Não foi um ato isolado e preparado às vésperas, mas o resultado de um ano inteiro de trabalhos e atividades dos mais diversos tipos, envolvendo arte, ciência e populações locais, em particular jovens e crianças. A polêmica gerada pela apresentação do espetáculo *O Samba do Criolo Doido*, pelo dançarino Luiz de Abreu, e as consequências desta polêmica ao longo do resto do ano de 2004 e da primeira metade do ano de 2005 são bastante significativas das transformações culturais que um festival desse porte podem produzir: a irreverência e a nudez do dançarino geraram sorriso na platéia e comentários nos habitantes das cidades da região, levando-os a pensar e repensar seus valores e normas culturais numa sociedade em processo de “globalização” e de mudanças. Isso é cidadania. A terceira edição, em 2005, bastante menos polêmica, mais musicada e menos dançada, continuou o processo de tentativa de integração das comunidades locais, da Fundação do Homem Americano e do “mundo global”. Desta vez, percebeu-se mais nitidamente o envolvimento da população de São Raimundo Nonato, em particular, não só na preparação, mas também na divulgação do evento e na participação aos espetáculos e às inúmeras atividades paralelas.

Cidadania, para citar somente dois exemplos ainda, é o que produz o trabalho de produção da cerâmica “típica” da Serra da Capivara. Com apoio do BID e objetivando o reaproveitamento da mão-de-obra até então ocupada na caça predatória, criou-se a fábrica de cerâmica, a partir de técnicas desenvolvidas em conjunto por pessoas nativas e por pessoas de fora e ensinadas aos ex-caçadores e outros membros das comunidades locais. Mas, o exemplo que mais chamou a atenção deste autor foi o das aulas de dança ministradas por Lina do Carmo, a dançarina piauiense radicada na Alemanha, responsável pela coordenação artística do Festival em suas duas primeiras edições. Ela e outros membros da Fundação do Homem Americano e do Pró-Arte conseguiram fazer com que meninos e meninas, assim como seus familiares pobres, vissem na dança e na música contemporânea uma forma de interagir, de maneira brin-

calhona, porém séria, com seu meio ambiente, com sua história, com sua gente, com o mundo... Isso é construção de cidadania.

Enfim, pequenas ações, como as aulas de dança para crianças da Serra da Capivara (e todas as conseqüências dessas aulas), tornam-se verdadeiros instrumentos do processo de construção da cidadania. É através da arte e da (re)apropriação cultural – e, principalmente, da chamada “cultura” ou “tradicional”, por oposição absurda à erroneamente chamada “cultura erudita” – que um povo se constitui enquanto nação e reforça o ideal da diversidade cultural e do respeito à convivência das diferenças. O governo do Estado do Piauí, através da FUNDAC e da PIEMTUR, já entendeu que é passada a hora de estimular – não só financeiramente, mas instigando a criatividade – essa (re) apropriação cultural, com eventos como a teresinense Feira de Artes da Praça Pedro II (a “Feirinha” da Pedro II) ou o Festival Interartes, mas também o Salão Internacional do Humor (já com mais de 20 edições) e seus temas importantes (como a AIDS ou o racismo) tratados com humor. Chegou a hora de retomar o bumba-meu-boi, os reisados e tantas outras práticas rituais, fazendo com que nos eventos os grupos e classes sociais, as faixas etárias, sexos e as orientações sexuais, as cores de pele, enfim “os diferentes”, se encontrem e, desse encontro, seja repensada a identidade piauiense... Mas, não basta montar palco e fazer festa. Há de se dar sustentabilidade a essas atividades, pois a cidadania só é sustentável se for considerada, repito, como um *processo*, um *projeto*, uma *trajetória*...

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. **O sentido dos outros**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AUGÉ, M.; D. FABRE. “D’un Rite à l’ Autre”. Terrain, v. 8, p. 71-76. 1987.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DUBET, F. **Sociologia de l’expérience**, Paris: Seuil, 1994.
- FABRE, D. “Le Ritte et ses Raisons”. Terrain, v. 8, p. 3-7, 1987.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Carnaval**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1999.